

Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979)

Conservative intellectuals, sociability and practices of immortality:
the Brazilian Academy of Letters during the military dictatorship (1964-1979)

Diogo Cunha¹
d1cunha@gmail.com

Resumo: Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o comportamento dos “imortais” durante o regime militar (1964-1979). A questão central que guiou nossas investigações foi a de saber em que medida essa instituição oficialmente “apolítica” pôde servir como uma instância de legitimação para a ditadura. O objetivo desse artigo é pensar a política através do que chamamos de “práticas da imortalidade”. Interessa-nos saber se a “Casa de Machado de Assis”, por meio de suas atividades cotidianas, supostamente apolíticas, contribuiu de alguma forma a legitimar o regime implantado em 1964. Examinamos as cerimônias de posse, as visitas recebidas pelos acadêmicos e a forma como a memória oficial era elaborada pelos “imortais”. Os resultados das nossas análises revelam a proximidade entre a ABL e a ditadura militar evidenciada através do recrutamento dos seus membros e de suas redes de sociabilidade. Revelam também que as elites políticas, militares e culturais compartilhavam um conjunto de valores que eram lembrados e enaltecidos nos eventos da ABL: o civismo e o patriotismo; a ideia de “cultura autêntica” e de identidade nacional fundada numa língua comum e na religião cristã; e mitos como o da cordialidade do povo brasileiro e da ausência de violência na história do país. Além de ser um lugar de elaboração de um discurso conservador e um lugar onde circulavam homens e ideias conservadores, essa instituição cultural foi associada pelos “imortais” à ditadura militar e, consequentemente, a uma memória, a uma cultura e a uma identidade supostamente “nacionais”.

Palavras-chave: Ditadura militar, Academia Brasileira de Letras, intelectuais conservadores.

Abstract: This article is part of a broader study about the Brazilian Academy of Letters under the military regime (1964-1979) and the behaviour of its members during this period. The central question that guided this research was to determine to what extent this officially “apolitical” institution could serve as an instance of legitimacy to the dictatorship. The aim of this paper is to look at politics through what I am referring to as “practices of immortality”. This research is interested in whether the “House of Machado de Assis”, through its supposedly apolitical daily activities, contributed in some degree to legitimizing the regime implemented in 1964. The inaugurations, the visits received by the academics and the way an official memory was drafted by the “immortals” are examined in this paper. The results revealed a close relation between the Brazilian Academy

¹ Doutor em História pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e pesquisador membro do laboratório Mondes américains : sociétés, circulations, pouvoirs (XVIe - XXIe siècles) (MASCIPO – UMR 8168).

of Letters and the military dictatorship evidenced by the recruitment of its members and their social networks. They also show that the political, military, and cultural elites shared values that were remembered and praised in the events of the Brazilian Academy of Letters: civility and patriotism; the idea of an “authentic culture” and a national identity based on a common language and on the Christian religion; as well as myths such as the warmth of the Brazilian people and the absence of violence in the country’s history. Besides being a place where a conservative discourse was developed and where conservative men and ideas circulated, these cultural institution was associated to the military dictatorship by the “immortals” and, consequently, to a supposedly “national” memory, culture, and identity.

Keywords: military dictatorship, Brazilian Academy of Letters, conservative intellectuals.

Introdução

Em abril de 2014, comemoraram-se 50 anos que os militares, com a colaboração de civis, depuseram o presidente João Goulart e instalaram uma ditadura no Brasil. Verificou-se, por ocasião das comemorações, uma série de eventos que suscitou um debate inédito na sociedade acerca da última experiência autoritária brasileira. Publicações, colóquios, capas de revistas semanais e programas de debate televisivos dedicados ao tema mostraram que, mais do que com outros períodos da história do país, a sociedade brasileira ainda tem dificuldades para lidar com esse passado recente.

Como já foi sugerido (Aarão Reis, 2000), essa dificuldade decorre em grande parte do apoio dado ao golpe por considerável parcela da sociedade civil e da sua participação na manutenção do regime. Sendo os que optaram pela resistência uma ínfima minoria, o restante dos brasileiros acomodou-se a uma ditadura que suprimiu as liberdades civis, assassinou opositores e adotou a tortura como política de Estado. A partir de meados dos anos 1970, à medida que parte da sociedade ia se afastando do regime, elaborou-se progressivamente uma memória coletiva na qual a “resistência” foi exaltada e a “colaboração” demonizada.

Sabemos, entretanto, que, entre esses dois polos, grupos, indivíduos e instituições se acomodaram, seja por necessidade, seja de maneira interessada². Ainda que haja muito a ser pesquisado, revelado e discutido publicamente, em suma, haja um *devoir de mémoire* a ser realizado, a forma como o tema vem sendo abordado indica que talvez estejamos passando por um processo semelhante ao que Henry Rousso, utilizando conceitos freudianos, identificou na relação da sociedade francesa com a memória do regime de Vichy. A saber, a uma fase de “repressão”, que viu triunfar uma memória da resistência, seguiu-se uma fase

de “retorno do reprimido”, em que essa mesma memória foi pouco a pouco desmistificada (Rousso, 1987).

Os principais responsáveis por esse trabalho de desmistificação, no caso brasileiro, são os historiadores profissionais, uma vez que o senso comum ainda mantém intacta a imagem de uma sociedade vitimada por um regime de exceção que teria sido imposto unicamente pelos militares. Graças a pesquisas levadas a cabo ao longo da última década sobre indivíduos, grupos e instituições diversos, possibilitadas pela liberação de fontes sobre o período e pela consolidação do regime democrático, temos hoje uma compreensão mais ampla do regime militar e dos fundamentos do autoritarismo brasileiro.

Podemos citar, entre outros, o trabalho de Kenneth Serbin (2001), que estudou a relação da Igreja com o regime da “Comissão Bipartite”, reuniões secretas entre a hierarquia católica e representantes da ditadura; Denise Rollemberg (2009, 2010) analisou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e desconstruiu a ideia que elas teriam atuado como “pilares da resistência” da sociedade civil face ao autoritarismo; Beatriz Kushnir (2002) revelou as redes formadas por jornalistas, censores, empresários, policiais e militares e como eles circulavam entre os “campos” supostamente opostos da colaboração e da oposição, mostrando a complexidade do papel dos jornais, dos jornalistas e dos censores durante a ditadura militar.

No entanto, os intelectuais e, de forma geral, a cultura durante os anos 1960 e 1970 foram estudados apenas parcialmente. Desde o célebre artigo de Roberto Schwarz sobre cultura e política na segunda metade dos anos 1960 (1978), priorizou-se um determinado tipo de intelectual, de esquerda, e um setor da atividade cultural, aquele dominado pelos artistas de esquerda. O “intelectual especialista” e o seu meio, a universidade, tinham sido

² Utilizamos aqui as noções propostas por Philippe Burrin para pensar as formas de acomodação da sociedade francesa com o ocupante alemão durante a Segunda Guerra Mundial. O historiador suíço cunhou os termos “Acomodação de necessidade” [Accommodation de nécessité] e “Acomodação escolhida ou voluntária” [Accommodation choisie ou volontaire], aos quais ele acrescentou a colaboração definida como “uma espécie de acomodação elevada em política” [Accommodation élevée en politique] (Burrin, 1995).

abordados apenas no último segmento do livro de Daniel Pécaut (1989), antes que Rodrigo P. S. Motta viesse suprir essa lacuna (2014). O intelectual conservador dos anos 1960 e 1970, por sua vez, continua marginalizado. Renato Ortiz foi durante muito tempo uma exceção ao evocar, ainda que sumariamente, a importância dada à cultura pelo Estado autoritário e sua relação com os intelectuais conservadores (1985). Recentemente, Tatyana Maia defendeu uma tese sobre o Conselho Federal de Cultura (CFC), revelando a atuação de um setor da intelectualidade conservadora na elaboração das políticas culturais da ditadura militar (2010).

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla acerca do papel da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do comportamento dos “imortais” durante o regime militar. Ao longo do trabalho, uma questão central guiou nossas investigações: em que medida a ABL, instituição oficialmente “apolítica”, pôde servir como uma instância de legitimação para a ditadura militar? Se a política, no sentido ideológico ou partidário, foi excluída dos discursos e conversações do cenáculo, ela fez-se presente desde sua fundação de outras formas. Acreditamos que a ABL, pela composição de seus membros, majoritariamente conservadores, e pela missão que ela se atribuía de “guardiã” das tradições, literárias ou não, difundiu um conservadorismo e um conformismo que tiveram um papel simbólico, mas eficaz, na esfera política. Ela permaneceu próxima dos regimes autoritários do século XX e erigiu-se, na medida das suas possibilidades, contra novas ideias políticas ou intelectuais. Nesse sentido, conformismo literário e conformismo político caminharam lado a lado.

Pensar a política através do que chamamos de “práticas da imortalidade” é o objetivo desse artigo. Interessamos saber se a “Casa de Machado de Assis”, como é também conhecida a ABL, por meio de suas práticas cotidianas, supostamente “apolíticas”, contribuiu para legitimar a ditadura militar. Ao tratar desse aspecto específico da pesquisa, abordamos as relações entre esse grupo e alguns setores do regime através de suas redes de sociabilidade e da defesa de determinados valores que eles acreditavam ser aqueles da tradição e de uma “autêntica” cultura brasileira. É uma perspectiva, a nosso ver, mais complexa do que supostas declarações de apoio e repúdio. Antes, porém, esboçamos um perfil do intelectual conservador dos anos 1960 e 1970, tomando como base o “imortal”.

A ABL e o perfil do intelectual conservador nos anos 1960 e 1970

As academias tiveram no Brasil um papel essencial enquanto lugar de sociabilidade e de prática literária. As primeiras, criadas no século XVIII, tiveram uma vida

efêmera. A ABL, fundada no final do século XIX, conseguiu se afirmar, ser reconhecida como uma autoridade no que se refere à língua portuguesa e tornar-se o lugar de consagração intelectual por excelência durante grande parte do século XX. Entretanto, a aposta dos escritores que se reuniam na redação da Revista Brasileira na criação e na manutenção de uma academia de letras foi ousada, e as dificuldades iniciais não foram poucas. Após duas tentativas – levadas a cabo por Medeiros e Albuquerque e Lúcio de Mendonça em 1889 e 1896, respectivamente –, a ABL foi fundada em 1897, e Machado de Assis foi aclamado seu presidente por unanimidade.

A situação de extrema precariedade da ABL em seus anos iniciais é impressionante. Ela vivia de doações e era obrigada a dividir as despesas entre seus membros. A instituição também não tinha uma sede própria, não havendo um local fixo para as sessões. A situação começou a mudar em 1905 graças a uma ajuda do governo, que cedeu uma sala nomeada, pelos “imortais”, Silogeu Brasileiro (El Far, 1997, p. 79). É provável que tenha sido graças ao empenho e à dedicação de Machado de Assis que a ABL sobreviveu. Em face das dificuldades iniciais, Joaquim Nabuco propôs abrir a instituição para a eleição do que ele chamou de “*grands seigneurs*”. O célebre abolicionista fazia referência a “expoentes” de outras áreas que trariam prestígio à ABL: políticos, embaixadores, advogados, jornalistas, médicos, etc. Fonte de conflitos e divisões, a “teoria dos expoentes” terminou por se impor a partir de 1912 com a eleição de Oswaldo Cruz e de Lauro Müller. Na avaliação de El Far, a entrada de expoentes estreitou as relações dos “imortais” com as camadas política e economicamente privilegiadas, transformando a ABL, uma instituição provincial, em uma das mais prestigiosas do país (El Far, 1997, p. 84).

A instituição cruzou suas primeiras décadas de existência com um prestígio nada desprezível e uma importante visibilidade social. Após a morte de Machado de Assis, foi o célebre Rui Barbosa, o “Águia de Haia”, que assumiu a presidência da instituição, cargo que ocupou até 1919. Doravante, as sessões realizavam-se regularmente às quintas-feiras e contavam com a presença da maioria dos acadêmicos. Além disso, todos os eventos da ABL ou relativos aos acadêmicos passaram a ser notícia de jornal (El Far, 1997, p. 102). Outros acontecimentos contribuíram para aliviar as dificuldades iniciais da instituição. Em 1917, ela recebeu uma herança do livreiro Francisco Alves, que minimizou consideravelmente seus problemas financeiros. Em 1923, quando o governo francês doou o *Petit Trianon*, os “imortais” passaram a ter finalmente uma sede própria.

Às vésperas da Revolução de 1930, a ABL era a instituição de letras por excelência do país e a “porta-voz” oficial da literatura brasileira. A ausência de trabalhos so-

bre a instituição depois da chegada de Getúlio Vargas ao poder é uma lacuna na história intelectual brasileira. Com efeito, sua importância reduziu-se à medida que o campo intelectual foi se tornando mais complexo – aumento e diversificação de instituições culturais, universidades, editoras, público consumidor de bens culturais –, particularmente a partir da década de 1950. Todavia, a instituição criada por Machado de Assis permaneceu, durante a ditadura militar, um lugar de consagração intelectual e de sociabilidade intelectual e política entre as elites conservadoras.

Ao longo de mais de um século de existência, a ABL deu forma a um “ethos” que guiou e guia o comportamento dos “imortais”. Ele é formado por elementos como a valorização da tradição, a conservação, a “capacidade de se modernizar”, o ritualismo, o formalismo, o elitismo, a autoveneração, entre outros. Esse “ethos” foi examinado na pesquisa da antropóloga Valéria Torres da Costa e Silva (1999); por isso, não nos aprofundaremos aqui nessa questão. É importante evocar, entretanto, um dos elementos que o compõem, talvez o mais complexo e fundamental: o seu suposto apolitismo. Como vimos, desde a fundação da instituição, a política tornou-se um tabu. Por sinal, isso é próprio dos modelos tradicionais de academias. Nos dizeres de Daniel Roche (1988, p. 159), “procurar a política numa academia seria paradoxal, pois, como sabemos, ela não atravessa suas portas”. Portanto, a questão da sua “inocência política”, sugere Roche, pode ser colocada em outros termos. Por exemplo, pela maneira como ela é reintroduzida no cenáculo através dos hábitos e dos comportamentos.

Se não houve discursos, da tribuna acadêmica, a favor ou contra o regime militar, houve cerimônias de posse e comemorações com a presença dos representantes da ditadura, visitas, homenagens, “votos de pesar” e a valorização de uma certa memória e de uma concepção política da cultura brasileira. Concordamos com Roche quando ele afirma que a exclusão da política define, na realidade, uma política real. Podemos dizer que a ABL, enquanto agente da construção da nacionalidade, contribuiu com a difusão de uma concepção de vida fundada na aceitação da ordem estabelecida, na integração social e no apagamento dos conflitos.

Resta saber quem fazia parte da ABL nesse período. Apesar da diversidade das trajetórias, é possível traçar o perfil do “imortal”. Em nosso estudo, fizemos uma análise prosopográfica dos membros da ABL entre 1961 e 1979. Durante esses anos, 71 pessoas ocuparam uma cadeira na “Casa de Machado de Assis”. Elas formavam uma rede de sociabilidade conservadora que incluía, além de intelectuais, membros da elite política e econômica. Para traçar o perfil do “imortal”, que corresponde em larga medida ao

do intelectual conservador, privilegiamos aspectos como a origem social, os estudos seguidos, o impacto de 1922, considerado como um evento fundador, as atividades exercidas, os lugares de sociabilidade frequentados e os engajamentos políticos. Os limites desse artigo impedem que reproduzamos essa análise de maneira detalhada, mas esboçaremos algumas conclusões que possam, esperamos, contribuir para um melhor conhecimento de uma *intelligentsia* conservadora que permaneceu ofuscada pela “hegemonia cultural” das esquerdas.

O “imortal” dos anos 1960 e 1970 nasceu entre o fim do século XIX e o início do XX, e a Semana de Arte Moderna de 1922 teve para ele o impacto de um evento-fundador. A preocupação dominante para essa geração era saber o que definia o nacional. O engajamento político do intelectual que integra a ABL durante a ditadura, por sua vez, reflete essa preocupação e terá como corolário o apoio a regimes que ele entendia serem os mais “adaptados” à realidade brasileira e mais capazes de “organizar a Nação”, sejam eles democráticos, sejam autoritários. O acadêmico dos anos 1960 e 1970 fez sua “passagem para a imortalidade” numa idade madura, e quase todos aqueles que analisamos eram conhecidos e respeitados no mundo intelectual e político no momento de sua eleição para a ABL.

Oriundo de uma aristocracia política, via de regra em declínio, o “imortal” teve o privilégio de ter tido uma boa escolaridade e de integrar uma faculdade de Direito. Esta última, onde se recrutavam as elites políticas e intelectuais do país, foi seu primeiro lugar de sociabilidade, no qual fez suas primeiras amizades, participando dos debates políticos, escrevendo em revistas e militando em associações estudantis. Os membros dessa geração intelectual estreitaram esses laços de amizade integrando algumas das inúmeras associações, academias, institutos e sociedades literárias, das menores e mais efêmeras às mais prestigiosas do país, como o IHGB. Em paralelo à sua graduação em Direito, o “imortal” escrevia em jornais, o que muitas vezes se tornou sua principal atividade. Finalmente, trata-se de um político, tendo assumido responsabilidades que podiam ir de um cargo de confiança até ministérios ou governos de Estado. O intelectual conservador dos anos 1960 e 1970 era, ao mesmo tempo, escritor, jornalista e político.

Quase todos os acadêmicos que estudamos têm um itinerário político à direita: eles formaram os grupos conservadores após a Semana de 1922, especialmente durante a década de 1930; ocuparam cargos de responsabilidade durante o Estado Novo; integraram a UDN ou os setores conservadores do PSD após a redemocratização. Embora uma maioria tenha permanecido silenciosa no momento do golpe de 1964 e durante a ditadura, é difícil imaginar que eles não tenham se rejubilado com a intervenção dos militares.

Sociabilidade e política nas práticas da imortalidade

A ABL participa diretamente, através dos seus membros, da política oficial. Mas, *intramuros*, essa política deve operar de outro modo. Como a Academia Francesa, a “Casa de Machado de Assis” pretende ser um dos símbolos da continuidade nacional para além dos regimes e das mudanças políticas, tendo um papel na reprodução e perpetuação da “consciência nacional”. Mencionamos anteriormente que a instituição é um lugar de consagração das elites nacionais e que, apesar de uma diversidade aparente, fez, durante o período estudado, um recrutamento social relativamente homogêneo. Representante da cultura oficial, a ABL atuou durante a ditadura militar como uma correia de transmissão, difundindo um discurso conservador enquanto discurso neutro e “apolítico”. Um outro aspecto é crucial: as redes de sociabilidade entre acadêmicos e militares ou civis próximos ao regime podiam ter, a nosso ver, um impacto político efetivo. Por exemplo, a presença de altos dignitários da ditadura nas comemorações ou cerimônias de posse, inclusive do próprio presidente da República, podia ser mais efetiva na legitimação do regime do que um artigo escrito em um jornal.

Analisamos aqui como a política pode operar “apoliticamente” entre os muros da ABL, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas. Um processo de seleção extremamente rigoroso foi necessário para tornar a análise operacional. Três “práticas” são examinadas a partir de casos específicos: as cerimônias de posse, as visitas e a maneira como uma memória oficial era elaborada no interior da instituição.

Cerimônias de posse e o “Palácio Austregésilo de Athayde”

A cerimônia de posse é um dos momentos de maior visibilidade da vida acadêmica. O discurso dos novos eleitos deve exaltar os ocupantes precedentes da cadeira e os valores da instituição devem também ser enaltecidos: a tradição, o conservadorismo, o “apolitismo”, a cordialidade. Raramente os discursos de posse fazem referência a alguma conjuntura política imediata. Examinamos a seguir duas cerimônias ocorridas durante a ditadura militar: a de Adonias Filho e a do general Aurélio de Lyra Tavares.

Em 14 de janeiro de 1965, o escritor Adonias Filho, “uma das figuras mais prestigiadas na hierarquia

da revolução” (Jornal do Brasil, 1965), foi eleito para ocupar a cadeira 21. Foi, indiscutivelmente, o discurso de posse mais politizado que houve durante o regime militar. O que faz dessa cerimônia um acontecimento ainda mais interessante para uma análise é que o “imortal” que acolheu Adonias Filho não foi ninguém menos que Jorge Amado. Isso mostra que a clivagem direita/esquerda nem sempre é aplicável no mundo intelectual, no qual as amizades e as desavenças têm um papel mais importante do que posicionamentos políticos.

Apesar de ser um escritor conhecido, não encontramos muitas informações biográficas a respeito de Adonias Filho. Nascido em 1915 no sul da Bahia, ele estudou em Salvador e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1936. Nessa época, engajou-se na Ação Integralista Brasileira antes de começar a ocupar cargos da burocracia ligados ao setor cultural: diretor do Serviço Nacional do Teatro, em 1954; diretor da Biblioteca Nacional, entre 1961 e 1971; membro do CFC nomeado em 1967 e presidente da mesma instituição entre 1977 e 1990; presidente da ABI em 1972, para a qual fora nomeado ainda nos anos 60. Os seus romances são marcados por uma relação profunda com a terra e com a cultura regional. Adonias Filho foi um dos intelectuais brasileiros mais engajados na conspiração que derrubou Goulart. Rachel de Queiróz afirmou que foi por seu intermédio que ela estabeleceu suas ligações com os meios militares golpistas: “Nosso Adonias era uma espécie de general civil e tinha contato com todos os uniformes” (Queiróz e Queiróz, 1998, p. 203).

Adonias Filho convidou pessoalmente Castelo Branco para a sua cerimônia de posse (Jornal do Comércio, 1965)³. Já no início do seu discurso, ele fala sobre o papel que deveria ter o intelectual e a ABL. Esta última, segundo ele, permite o encontro através do tempo de diferentes gerações de homens que se uniram em torno das mesmas afinidades e dos mesmos valores. Entre estes, a liberdade deveria ser a grande preocupação dos intelectuais, sendo a sua defesa exatamente aquilo que faz do trabalho intelectual um “ato público”. Ela deveria estar “no centro dos grandes problemas do mundo” e seria essa liberdade que teria permitido o seu encontro com os ocupantes precedentes da cadeira 21, armando na “praça acadêmica” um “bastião de fermentação revolucionária” (Adonias Filho, 1965, p. 1159).

Adonias Filho menciona então cada um deles para mostrar como cada um lutara pela liberdade. Segundo o novo “imortal”, para os escritores que o precederam, a liberdade não era apenas uma temática central em suas reflexões, mas uma determinação:

³ Os jornais utilizados neste artigo foram pesquisados no arquivo da Academia Brasileira de Letras, onde estão guardados apenas os recortes das matérias. Em alguns casos, portanto, não dispomos da referência completa.

A nossa mensagem, essa permanente reivindicação da liberdade em estado de luta ou em manifestação teórica, esse reconhecimento da liberdade como condição social indispensável à vida, tanto nos pertence – em consequência – como à Academia. O espírito acadêmico, democrático na escolha dos seus membros e na imparcialidade de todos os seus debates, se reflete a sabedoria é precisamente porque adota a liberdade como norma. A Cadeira 21, como se verifica, não subsiste como uma ilha. Mas, assim integrada no comportamento acadêmico – um comportamento ativo em função da própria liberdade que permite a vocação criadora –, um comportamento revolucionário ao preservar a obra inovadora e reformadora que caracteriza a cultura – a Cadeira 21 se amplia, quase uma frente de guerra, em sua intransigência em defesa da liberdade (Adonias Filho, 1965, p. 1161).

Adonias Filho examina então os ocupantes da sua cadeira. Primeiro, o patrono Joaquim Serra, escolhido pelo membro-fundador José do Patrocínio, que se engajou no movimento abolicionista. Para Adonias, ele teria começado a “revelar a determinação da cadeira 21 como bastião da liberdade” (Adonias Filho, 1965, p. 1162). Essa luta foi a mesma levada a cabo por José do Patrocínio, ele também um conhecido abolicionista. Os dois outros ocupantes da cadeira 21 são mencionados rapidamente: Mário de Alencar, que teria igualmente “compreendido o abolicionismo em todas as suas consequências culturais” (Adonias Filho, 1965, p. 1162), e Olegário Mariano, antes de se consagrar ao seu predecessor, o crítico literário Álvaro Moreyra.

Existiria neste último uma “liberdade existencial”, no sentido de uma bondade que se revelava nas práticas cotidianas, tendo ele “personificado a liberdade” (Adonias Filho, 1965, p. 1164). A cadeira 21 era doravante ocupada por Adonias Filho: “É minha cadeira” (Adonias Filho, 1965, p. 1167). Assim, para ele, os seus predecessores consolidaram a liberdade enquanto uma tradição. E, ainda de acordo com o novo “imortal”, o destino quis que ela fosse então ocupada por um escritor e crítico literário que “sabe que é na liberdade que se encontra a inteligência como uma função intelectual”. E, enquanto escritor do seu tempo, ele não poderia evitar o que exigia a obra dos seus predecessores: “elas exigem a luta contra a censura ideológica, contra o comando do partido único nas artes e na ciência, contra o bloqueio cultural – que eu tentei estudar em um dos meus livros – que ainda hoje reprimem os povos e humilham os homens” (Adonias Filho, 1965, p. 1168). E conclui:

O fanatismo ideológico, responsável por guerras e revoluções, responsável sobretudo pela volta da brutalidade totalitária, não destruiu a confiança do homem. E, quando não pôde medir os resultados e as consequências, a conclusão que se impôs não se alienava frente aos problemas do mundo: a liberdade, como uma função no comportamento humano e em seu uso político no processo democrático, manteve-se como valor decisivo. Essa liberdade, que tanto preocupava o escritor em suas relações com a receptividade, ele a reencontraria – menos como uma motivação e mais como um elemento –, mas ele a reencontraria na Cadeira 21. Sei agora que, entre nós, não há distância ou conflito, debate ou crise. A sombra que vem por cima nos abriga a todos. Uma dádiva de Deus, que agradeço, esta de pertencer à Cadeira 21, a Cadeira da Liberdade (Adonias Filho, 1965, p. 1169).

A cerimônia foi amplamente divulgada nos jornais. No mesmo dia, o *Diário de Notícias* anunciava que ela se realizaria à noite e contaria com a presença do presidente Castelo Branco e do ministro Luís Viana Filho, este último também “imortal”. O jornal avançava que o novo acadêmico falaria da liberdade em seu discurso. Uma liberdade, dizia Adonias Filho ao jornal, “garantida no Brasil pela revolução que não proibia livros e não prendia escritores como na Rússia” (*Diário de Notícias*, 1965). Afirmava ainda que o “Manifesto dos intelectuais”⁴, divulgado um mês antes, era uma “impostura”, antes de afirmar que “a revolução [...] enquanto fenômeno de renovação do processo social, deverá influenciar e tornar possível o surgimento de um ciclo literário, mas ainda é cedo para isso” (*Diário de Notícias*, 1965).

A Notícia informava que o escritor Jorge Amado reafirmara sua “condição de homem de esquerda” em seu discurso de recepção a Adonias Filho e que “os dois imortais estavam de acordo sobre a apologia à liberdade e à convivência, característica do povo brasileiro”, em uma reportagem que tinha o sugestivo título de “Esquerda e governo comungam liberdade” (*A Notícia*, 1965). A maneira como o jornal *A Notícia* noticiou a cerimônia de posse de Adonias Filho, bem como a sua recepção por Jorge Amado, passando a ideia de um suposto acordo entre “a esquerda” e “o governo” em torno da liberdade, incita a nos questionarmos sobre a relação entre intelectuais de diferentes sensibilidades políticas.

Em seu discurso de recepção, Amado não pôde deixar de fazer menção a essa curiosa situação: a de um homem de esquerda como ele acolher um dos intelectuais mais célebres da extrema-direita brasileira, entusiasta conspirador do golpe de 1964:

⁴ Trata-se de um manifesto assinado por vários intelectuais de esquerda e publicado no dia 14 de março de 1965 pedindo o retorno da democracia.

Perdoai-me, Sr. Adonias Filho, se me perco em adjetivos e não faço a crítica, a análise, o erudito balanço de vossos livros, se quase me esqueço de chamar a atenção para a vossa atividade de ensaísta, seja de ensaísta político, tão distante da minha maneira de ver os problemas e as soluções, seja a do excelente ensaísta literário que sois [...] Se fosse vosso desejo escutar aqui, hoje, nesta noite de festa, de vossa festa, a análise de vossa obra admirável e seu justo conceito, a medida exata de vossa importância em nossas Letras, teríeis escolhido para vos receber e saudar um dos vários mestres da crítica literária com assento nesta casa [...] Escolhestes com o coração, ao conterrâneo, ao amigo de infância, ao colega de colégio interno, ao companheiro de Letras, à fraternal amizade jamais estremecida seja pelas divergências literárias, seja pelas divergências políticas, pois sabemos um e outro, Sr. Adonias Filho, o bem pouco que valem os fuxicos da Literatura e as futricas da Política ao lado da inteireza do homem, de sua dignidade (Amado, 1965, p. 1187).

E, mais adiante, completa:

Houve quem tentasse, mesquinhamente, maliciar com o fato de ser eu, velho e provado homem de esquerda, a receber-vos aqui, esta noite, devido às divergências que separam a vossa e a minha atuação política, o vosso e o meu pensamento político. Como se o fato de ser vosso adversário no terreno das ideias políticas pudesse influir em minha opinião e em minha estima por vossa obra de romancista, como se não pudéssemos ser amigos de fraterna amizade pelo fato de discordarmos sobre concepções e soluções políticas. Bem idiotas são esses sectários e dogmáticos de qualquer posição, partido ou ideologia, de qualquer seita, seja ela de esquerda ou de direita. Como homens políticos, creio possuírmos em comum, mais além de nossas divergências ideológicas, algo da maior importância, Sr. Adonias Filho. É nosso horror, nossa total desestima por todo e qualquer sectarismo, por essa estreiteza de visão e de ação que é a negação da inteligência, e que é o único e mísero capital de certos homens políticos, sua única maneira de fazer política. Para esses a política é apenas o ódio, a injustiça, a perseguição, a negação da cultura e do humanismo (Amado, 1965, p. 1189).

Esse trecho diz muito sobre as relações entre os membros de um pequeno grupo. Com frequência, a amizade ou as desavenças têm um papel mais importante em suas relações do que divisões ideológicas e/ou partidárias que dividem o campo político entre direita e esquerda. O próprio Jorge Amado dá-nos a prova disso

quando ele menciona sua amizade com Adonias Filho. No âmbito da ABL, essa proximidade entre acadêmicos de diferentes matrizes políticas é apresentada como “prova” do seu “apolitismo”. Pensamos, entretanto, que a adesão de homens de esquerda às práticas da imortalidade, ao reforçar a ideia de “apolitismo”, contribuiu para difundir um discurso conservador pretensamente “apolítico”.

A segunda cerimônia de posse que gostaríamos de analisar foi a do general Aurélio de Lyra Tavares. Não apenas por se tratar da eleição de um dos principais nomes da ditadura, mas também porque ela traz um elemento importante para pensar a relação dos intelectuais com regimes políticos: o da possibilidade de vantagens financeiras. Consideramos que a eleição do general em 1970 e a derrota de Juscelino Kubitschek em 1975 estão estreitamente ligadas à doação de um edifício para os acadêmicos feita por Médici, assim como o financiamento para construir um moderno arranha-céu de quase 30 andares. Essa doação ilustra como possibilidades de ganho materiais podem estar no centro dessas relações.

A história dessa doação é longa e complexa e cobre quase exatamente o período da ditadura militar. Ela começa em 1956, quando o então presidente Juscelino Kubitschek fez uma visita à ABL para anunciar que acabara de assinar uma lei que permitia à instituição imprimir suas publicações pela Editora Nacional. Mas os acadêmicos tinham planos mais ambiciosos em mente: demolir o *Petit Trianon* para construir em seu lugar um edifício grande e moderno. Para realizá-lo, eles precisavam de um grande financiamento. Kubitschek engajou-se então para que esse financiamento fosse liberado pela Caixa Econômica Federal. Todavia, essa promessa caiu no esquecimento (Sandroni e Sandroni, 1998, p. 533).

Quatro anos depois, quando Austregésilo de Athayde já era presidente da ABL, uma nova proposição foi feita a Kubitschek: já que o próprio Athayde era contrário à demolição do *Petit Trianon*, ele pediu ao presidente da República a doação de um prédio antigo que se encontrava ao lado da ABL. Seu projeto era demoli-lo e construir em seu lugar um edifício destinado a ser um centro cultural. Em 1960, último ano do seu mandato, Kubitschek atendeu ao pedido dos “imortais” e assinou o decreto de doação. Todavia, menos de um ano depois, o novo presidente da República, Jânio Quadros, revogou-o.

A tentativa seguinte ocorreu já durante o regime militar. Um mês antes de passar o poder para Costa e Silva, Castelo Branco assinou o decreto de doação do pavilhão inglês. Mas uma cláusula impedia que os acadêmicos fizessem qualquer modificação no edifício, o que frustrava os planos de Austregésilo de Athayde. O presidente da ABL lançou-se novamente numa campanha junto às autoridades da ditadura para conseguir a doação do pavilhão inglês

sem qualquer barreira jurídica. Apenas em setembro de 1970, Médici assinou o decreto de doação sem nenhuma contrapartida. Nesse entretanto, o caminho percorrido por Athayde foi longo, e é em meio a esse processo que ocorre a eleição de Aurélio de Lyra Tavares.

Em agosto de 1969, quando a Junta Militar por ele liderada assumiu o poder após a doença de Costa e Silva, morria o acadêmico Múcio Leão. Em dezembro, Lyra Tavares candidatou-se e, “sem nunca ter feito as pazes com a gramática” (Gaspari, 2001, p. 265), venceu o poeta Lêdo Ivo. Em suas memórias (1977, p. 253), Lyra Tavares afirma que jamais pensara em atingir “a glória da imortalidade” e que foi uma comissão de acadêmicos que foi até ele pedir que se candidatasse. Segundo o general, os “imortais” teriam argumentado que, desde o falecimento de Gregório da Fonseca, as Forças Armadas não tinham um representante na ABL (Lyra Tavares, 1977, p. 254). Não sabemos quem compunha essa “comissão”, mas é provável que o patrocinador da iniciativa tenha sido Austregésilo de Athayde. Por sinal, as suspeitas de que o presidente da ABL tenha articulado a candidatura do general fizeram com que ele negasse seu envolvimento através do *Tribuna da Imprensa* (1969). Para Lêdo Ivo, não havia dúvidas:

Têm informações que eu poderia lhe dar, por exemplo sobre o caso do Lyra Tavares. Porque a relação da Academia Brasileira de Letras com a ditadura brasileira foi ambígua. Ao mesmo tempo que o Austregésilo procurava os militares para defender o Carlos Nejar ele precisava dos militares. Por exemplo, esse prédio que a gente está foi dado pelo Médici, né? O Médici deu. O chefe da Casa Civil era o Leitão de Abreu, cunhado do Lyra Tavares, Ministro da Guerra, que a Academia elegeu. Então a Academia colocou... quer dizer, o Austregésilo colocou sua ambição, né? De grande presidente, etc., para construir, para fazer essa Academia aqui. Eu tenho impressão que no mundo não existe uma Academia como essa, pois eu tenho viajado o mundo e têm Academias em palácios antigos, mas não com esse vigor financeiro, monetário, essa coisa toda. De modo que eu, por exemplo, era candidato à Academia nessa época para a vaga do Múcio Leão. Era uma eleição inteiramente garantida. Eu ia ganhar com uns 25 votos ou mais. Então minha situação mudou nas últimas semanas, mudou de repente. Começou um rumor que a Academia precisava de uma vaga para dar urgentemente ao general Lyra Tavares que tinha sido Ministro da Guerra e que o governo queria mandá-lo para Embaixador em Paris [...] Anos depois ele [Lyra Tavares] me contou que uma delegação da Academia no tempo que ele era Ministro da Guerra foi ao Ministério

fazendo um apelo para que ele aceitasse ser candidato à Academia. Ele lembra que nessa delegação estavam o Peregrino Júnior, parece que o Josué Montello e o Ivan Lins, que foi quem o recebeu. De modo que eu, sem saber, pobre poeta alagoano fui envolvido numa das maiores conspirações que já houve na história da Academia durante a ditadura, né? E vários amigos meus íntimos votaram no general, pois a Academia tem suas conveniências, né? (Ivo, 2011).

Entre a declaração de candidatura do general Lyra Tavares, no dia 30 de dezembro de 1969, e a aprovação da doação de Médici pelo Congresso Nacional, no dia 3 de dezembro de 1970, várias correspondências foram trocadas entre Austregésilo de Athayde e o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e também entre Athayde e o novo “imortal” Lyra Tavares. Elas revelam a tenacidade do presidente da ABL de adquirir o edifício. No dia 17 de fevereiro de 1970, ou seja, antes da vitória de Lyra Tavares, Austregésilo de Athayde escrevia ao ministro da Educação pedindo que o decreto de 1967, assinado por Castelo Branco, fosse modificado:

Senhor Ministro:

Por decreto de 28 de fevereiro de 1967, o saudoso Mal. Castelo Branco, então Presidente da República, doou à Academia Brasileira de Letras os prédios e respectivos anexos contíguos à sede desta Instituição e que pertenciam ao Patrimônio da União [...] Acham-se os edifícios em precárias condições, tornando qualquer projeto de reforma excessivamente dispendioso [...] A Academia deseja construir, no terreno, o maior Centro Cultural da América Latina, perfeitamente ajustado aos propósitos do Presidente da República, General Médici, e de Vossa Excelência, de dar absoluta prioridade à educação e à cultura, durante este Governo. Acresce que a Academia deseja associar-se às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, inaugurando o seu Teatro Clássico, para o que convidará sumidades do Teatro Internacional. Tudo isso, Senhor Ministro, poderá ser feito com a modificação do Decreto do Presidente Castelo Branco, de 26 de fevereiro de 1967, no sentido de permitir que a Academia Brasileira de Letras, tendo em mente os próprios objetivos da doação, possa construir dois grandes edifícios no terreno doado, e para fazê-lo fique com a faculdade de alienar partes ideais do terreno e alugar escritórios com que disporá dos fundos necessários para a construção e manutenção do seu Centro Cultural. Como não há interesses de terceiros envolvidos, e como o que pretendemos, tanto a Academia como o Governo, é servir à cultura do Brasil,

acredito, Senhor Ministro, que a cooperação que ora solicito constituirá contribuição de primeira ordem para o prestígio literário e artístico do nosso país, cabendo, também, ao Presidente Médici e a Vossa Excelência o merecimento dessa realização (Athayde, 1970a).

A cerimônia de posse de Lyra Tavares realizou-se pouco após essa carta, em 2 de junho de 1970. O *Diário da Tarde* estampava uma foto da cerimônia na qual Médici e Rademaker ocupavam o centro da mesa composta para a ocasião. Sob o título de “Médici e Rademaker viram Lira [sic] tomar posse na ABL”, o jornal trazia a lista dos convidados para a cerimônia, composta pela cúpula da ditadura (*Diário da Tarde*, 1970). Apesar de o discurso de posse ter a pretensão de ser “apolítico”, como convém nessas ocasiões, a política é onnipresente:

Terminei por decidir-me a disputar o privilégio da vossa convivência e o reconforto das atividades do espírito, que ela nos propicia, depois dos desencantos, das canseiras e das incompreensões que desgastam, quando não sacrificam, a vida dos que, por obra do destino, participam das graves responsabilidades de governar, no quadro de uma Nação, como o Brasil, já muito sofrida por tantos erros acumulados, a perturbarem-lhe a harmonia, a racionalidade e a marcha do desenvolvimento [...] É também mais fácil pensar em si mesmo, nos interesses próprios, e clamar sempre por novos direitos, inclusive o direito de não cumprir deveres, que são compromissos para com a Pátria, quando é certo que os misteres do seu progresso e da sua segurança hão de caber, indistintamente, a todos os cidadãos (Discursos acadêmicos, 1972, p. 221).

O general coloca em relação a ideia de harmonia com as de segurança e desenvolvimento, palavras de ordem do regime militar, e retoma noções-chave da propaganda oficial, como o “otimismo ultraconservador” (Fico, 1997; Reis, 2009) e o civismo, que ele reforça através de outros valores historicamente ligados à direita, a saber, de ordem e dever:

Na Academia estamos certos de não encontrar a política [...] Esta é a minha maneira de ver a nossa Casa de Machado de Assis, muito embora não me pertençam as palavras com que a ela me refiro agora [...] Foi assim pensando que eu me decidi a pleitear uma cadeira entre vós. Minha formação espiritual não se coaduna com a intolerância nem com as arestas irremovíveis da intransigência e de ideais radicalistas, no convívio de estudos entre homens de cultura, pois convivência significa harmonia e compreensão, visando aos mesmos fins superiores

e impessoais, o que subentende o respeito de cada um pelas ideias dos outros. É o que ocorre na própria Nação, como comunidade social, cuja segurança e cujo progresso não se realizam sem a predominância dos postulados do direito e da liberdade. Tais postulados, entretanto, somente podem predominar dentro da ordem e quando os cidadãos, as classes e os grupos sociais vierem-se a guiar pela compreensão altruística dos interesses da Pátria, que nos cumpre colocar acima dos nossos próprios interesses e pontos de vista [...] As cores, como as ideais, convivem, umas com as outras, na formação dos matizes, por obra da inteligência criadora que é própria do homem, sem que, contudo, deixem de existir, na sua essencialidade, por mais que se extremem e se confrontem as predileções, no debate dos pensamentos e das concepções diferentes, que nunca se extinguirão pela violência, pela força, recursos incompatíveis com a realização da felicidade coletiva (Lyra Tavares, 1970, p. 223).

Chama a atenção a discrepância entre esse discurso, falando de harmonia, felicidade e compreensão, e a situação social e política do país em 1970: um ano e meio depois da decretação do AI-5, o regime adotara a tortura como política de Estado e se preparava para entrar no período mais violento dos seus 15 anos de existência.

Essa eleição foi apenas a primeira etapa do percurso que resultou na doação do edifício para a ABL por parte da ditadura. Cinco meses depois da primeira carta enviada por Athayde ao ministro Passarinho, que citamos, o presidente da ABL escrevia ao já “imortal” Lyra Tavares, embaixador do Brasil na França, evocando o problema de modificação do decreto de Castelo Branco. A carta é datada do dia 3 de agosto de 1970:

Meu caro Lyra Tavares, é uma pena que mal iniciado o nosso convívio já Você [sic] tivesse que partir depois de haver, como Cezar, chegado, visto e vencido. Até os mais duros são hoje seus grandes admiradores e não escondem a simpatia pela sua presença na Academia. Encontrei o Passarinho que me reafirmou a notícia dada pelo Presidente Médici de que o Decreto estava assinado. Até agora, porém, não apareceu no Diário Oficial. A demora prejudica o andamento das obras e a realização do nosso grandioso plano (Athayde, 1970b).

Dois meses depois, quando o projeto fora enviado ao Congresso Nacional, o presidente da ABL volta a escrever, dessa vez aliviado:

Meu caro Aurélio, O nosso Gen Médici enviou mensagem ao Congresso, pedindo aprovação para o nosso Projeto [...] A Aca-

demia ficou muito satisfeita com o Presidente e sabe muito bem quanto foi eficaz a sua intervenção. Oportunamente testemunharemos ao Gen Médiçi a nossa gratidão pela maneira com que entendeu a necessidade da Academia, pedindo a colaboração do Congresso para completar o Decreto-Lei do nosso querido e inesquecível Castelo Branco (Athayde, 1970c).

Contudo, é apenas em 1974 que Athayde consegue dar o próximo passo. Ele aproveita então um encontro com o novo presidente da República, o general Ernesto Geisel, para falar do seu projeto para a ABL. De acordo com os biógrafos do “imortal”, Austregésilo de Athayde teria mencionado ao general a sua intenção de tentar conseguir um financiamento no exterior para concretizar o seu projeto de construir um centro cultural:

– Não faça essa loucura. Deus sabe a que alturas chegará o dólar dentro de alguns anos. Consiga o empréstimo com prata da casa.

Athayde respondeu :

– Com a prata da casa eu só vejo um caminho: a Caixa Econômica.

– E por que não ?

– Porque, se eu fizer o pedido de empréstimo hoje, quando houver o despacho favorável, só receberei a comunicação no mausoléu da Academia.

Geisel sorriu e disse:

– Você ainda está muito longe do mausoléu. Vá à Caixa que eu ajudo (Sandroni e Sandroni, 1998, p. 660).

O empréstimo foi autorizado no dia 15 de maio de 1975. Um mês depois, no dia 16 de junho, falecia o acadêmico Ivan Lins, e prontamente Juscelino Kubitscheck se candidatou para sua sucessão. Essa candidatura provocou, durante os quatro meses que precederam o escrutínio, em 23 de outubro, uma disputa acadêmica que adquiriu uma dimensão política imprevisível. Alguns documentos apontam para a existência de pressões feitas pelos militares para impedir a vitória do ex-presidente da República. Os dois campos, os “juscelinistas” e “antijuscelinistas”, estavam de acordo em pelo menos um ponto: a vitória de Kubitscheck para a ABL iria relançá-lo no espaço público e representaria uma derrota para o regime.

Nas vésperas da morte de Ivan Lins, Josué Montello recebeu um telefonema do seu “confrade” Pedro Calmon:

– É verdade que o Juscelino vai ser candidato à Academia na próxima vaga?

E quando lhe respondo que, até este momento, o ex-Presidente nada me falou, já que está completo o quadro da Academia, Calmon, sempre reservado em matéria de voto, não se contém:

– Se a vaga não for minha, votarei nele nos quatro escrutínios.

Passado um silêncio, adianta-me:

– Estou sentindo, vinda de cima, muita safadezinha contra ele. Parece que o Governo vai atirar-se contra a eleição, se ele se candidatar. Foi o que chegou ontem ao meu ouvido (Montello, 1991, p. 661).

Cinco dias depois desse telefonema, e após a confirmação da candidatura de Kubitscheck, Montello escreve em seu diário:

Para opor-se ao Presidente Juscelino, no pleito da Academia, apresentou-se um escritor baiano, Bernardo Élis, também punido pela Revolução de 1964. Brilhante. Boa manobra. Manobra do General Golbery, no Palácio do Planalto? Parece que sim. Dizem que o Golbery ainda não perdoou ao ex-Presidente ter sido preterido por ele na carreira militar. E como ódio velho não cansa, parece que Golbery, além de não estar aplacado na sua desforra de bruxo astucioso, tem redobrado de conversas e iniciativas, para não permitir, com os seus poderes de líder revolucionário, que Juscelino seja acadêmico. A águia estaria de olho no colibri. Vamos ver qual vai ser a reação da Academia. De tarde, Juscelino vem ao meu encontro, e confirma: – De fato, é o Golbery quem está a se mexer contra mim (Montello, 1991, p. 665).

Ameaças e pressões continuaram a afluir. Em seu diário, Montello relata minuciosamente o ambiente pesado do dia da eleição. O ex-presidente foi derrotado no terceiro escrutínio por 20 votos contra 18⁵. Não sabemos com exatidão quem, entre os “imortais”, levou a cabo a campanha contra Kubitscheck nem o nível de pressão exercido pelos militares. Podemos apenas fazer conjecturas. Mas é difícil imaginar que Austregésilo de Athayde, obcecado pelos favores dos donos do poder, não tenha tido um papel decisivo. O ex-presidente não tinha dúvidas sobre a atuação de Athayde e a derrota o abateu profundamente. Ele escreveu em seu diário no dia seguinte à derrota:

⁵ Montello registra um fato no mínimo curioso. O quórum mínimo nas eleições da ABL é de 20 votos. O resultado do primeiro escrutínio foi de 19 votos para cada um, além de um voto nulo. Ou seja, havia 39 votantes. No segundo escrutínio, Juscelino ganhou por 19 votos contra 18, o que, com o voto nulo, faz 38 votantes. Ou seja, um voto havia desaparecido – aquele que teria dado a vitória ao ex-presidente? Finalmente, no terceiro escrutínio, Bernardo Élis foi eleito com 20 votos contra 18 dados a Juscelino. Montello anotou em seu diário que, saindo do *Petit Trianon*, comentara com sua mulher: “Em breve o Bernardo Élis terá vergonha da sua vitória” (Montello, 1991, p. 697).

24 de outubro. Estou pulverizado por dentro. Pus muita fê na minha eleição. Desejava-a ardentemente, o prestígio que compensasse os imensos dissabores de 1964. Preciso levantar meu ânimo para não oferecer um espetáculo deprimente. Nunca imaginei que uma derrota pudesse me ferir tanto (Bojunga, 2001, p. 689).

Juscelino Kubitschek foi para a cerimônia de posse de Bernardo Élis, realizada no dia 10 de dezembro de 1975, e o parabenizou. O empréstimo da Caixa Econômica Federal não foi anulado, como deixavam entender rumores vindos do Palácio do Planalto, e o Centro Cultural do Brasil foi rebatizado “Palácio Austregésilo de Athayde” em 1999.

Poderíamos citar outros intelectuais próximos ao regime que foram eleitos para a ABL durante a ditadura. Foi o caso de Miguel Reale, eleito em 1975 para ocupar a cadeira que tinha sido de Fernando de Azevedo. Dois anos depois, foi a vez de Rachel de Queiróz suceder Cândido Mota Filho. Ela derrotou o célebre jurista Pontes de Miranda em uma eleição polêmica: na ocasião, ele declarou que a vitória fora do governo, mais especificamente do Conselho Federal de Cultura, “sucursal da ABL” (Jornal do Brasil, 1977). Abgar Renault, Odylo Costa Filho e Américo Jacobina Lacombe (este último chegou a dirigir a Biblioteca do Exército) também se tornaram “imortais” durante o regime. Contudo, a ABL não elegeu apenas intelectuais de direita. Fernando de Azevedo, Hermes Lima, João Cabral de Melo Neto, José Honório Rodrigues e Antônio Houaiss foram eleitos entre 1967 e 1971. Esses casos atestam que não podemos fazer uma associação direta entre a instituição e a ditadura. A ABL tem seu próprio tempo, que não é o mesmo da conjuntura imediata, e sua própria história, independente de qualquer regime político. Os acadêmicos têm suas redes e seus interesses, o que lhes dá uma margem de ação. É necessário, portanto, analisar essas relações num sentido mais complexo em que as negociações, ambivalências, ganhos e perdas simbólicos e materiais ocupam um lugar primordial.

Visitas

Outra prática corrente eram as visitas que os “imortais” recebiam regularmente. Com efeito, trata-se de um evento muito mais fechado e menos “solene” do que as cerimônias de posse. No caso das visitas, o grau de formalidade e o “peso” dos visitantes eram extremamente variados. Às vezes, a visita parecia ter sido “improvisada” no último minuto; em outras, ela estava prevista com muita antecedência. Podia ir de alunos de escola até o presidente da República, passando por embaixadores, escritores e jornalistas. Durante a ditadura, numerosas personalidades

visitaram a ABL. Limitar-nos-emos ao exame de uma delas, realizada pelo senador Petrônio Portella, no dia 18 de janeiro de 1973, ilustrativa da proximidade entre a instituição e o regime militar. Athayde abriu a sessão agradecendo a medalha comemorativa dos 150 anos da Independência que recebera do Senado. “Agora”, dizia o presidente da ABL, “era o momento da Casa de Machado de Assis, a mais alta representação da vida cultural do Brasil, retribuir a homenagem” (Revista da ABL, 1973, p. 106). Ele passou a palavra a José Honório Rodrigues, que pronunciou um discurso ambíguo.

O historiador começou dizendo que era um prazer homenagear o representante de um poder que reconhecia “o valor, a força do pensamento e da cultura nacional numa época intelectualmente reduzida à procura de finalidades materiais e ameaçada pelas forças incontroladas da tecnologia” (Revista da ABL, 1973, p. 106). Segundo ele, o século XX acabara com a ideia segundo a qual o pensamento e a cultura ocupariam uma posição central na vida das pessoas. No caso do Brasil, sempre existiu, prossegue o historiador, um combate entre as forças intelectuais e as forças anti-intelectuais. E dizia, em um discurso preparado para o representante da ditadura militar, que “os ataques à influência intelectual, a ideologia do antipensamento, a perda de confiança na força das ideias, tudo isto nasceu neste século, com a tentativa de destruição do sistema democrático”. “O autoritarismo”, dizia José Honório a Portella, “é uma forma destrutiva da cultura” (Revista da ABL, 1973, p. 107). Todavia, logo após o que parecia ser uma crítica ao autoritarismo brasileiro, Rodrigues retomava seu elogio a Portella e inevitavelmente ao próprio regime, afirmando que “no momento em que o mais alto representante da soberania do povo demonstra sua confiança na cultura [...], existe uma forte esperança que não é apenas o sucesso econômico e a vitória da tecnologia que são o fim último de uma nação” (Revista da ABL, 1973, p. 108).

Petrônio Portella, em seu agradecimento, abordou as relações complexas da ABL com a política. Citou Joaquim Nabuco, que dissera que a política era inseparável das grandes obras e que, assim, ela não poderia ser a finalidade da ABL, mas, ao contrário, deveria “desaparecer na criação daquilo que produziu” (Revista da ABL, 1973, p. 111). Quase um século depois, o representante da ditadura dizia que, como Nabuco, ele não acreditava que a política pudesse ser dissociada das grandes obras e que, portanto, “acadêmicos e homens políticos deveriam lutar juntos para preservar os elementos imateriais da nossa cultura que fazem a grandeza da Nação” (Revista da ABL, 1973, p. 111). A ABL era, para Portella, a instituição que melhor poderia contribuir nessa missão, pois intelectuais e políticos “se ajustam em comunhão” em um Colégio onde

não existe lugar para o que pode “dividir, separar, obscurecer a clareza dos imortais” (Revista da ABL, 1973, p. 111).

O senador abordou, em seguida, o tempo presente, que seria, para ele, um tempo de crise. O homem estaria sendo esmagado seja pela “burocracia totalitária”, seja pela “engrenagem da máquina multiplicadora do lucro”. Não seria diferente no Brasil, onde “o fanatismo político se arma de maneira ameaçadora”, enquanto os brasileiros seriam um povo “nascido para a liberdade”. “Mas”, ele adverte, “não uma liberdade que nos torna inerte em face dos que, terroristas, agridem os valores e os bens que acreditamos eternos, mas aquela que não se ausenta nunca de sua responsabilidade” (Revista da ABL, 1973, p. 112). É importante lembrar que a visita de Petrônio Portela se realizou quando as forças da repressão estavam em pleno combate contra a luta armada. O senador conclui exortando os acadêmicos a trabalharem com o regime, pois a “liberdade conduz à Justiça”:

E para que este ideal empolgue as leis, conduzindo e disciplinando a Nação, impõe-se, num encontro feliz, a ação harmoniosa, a luta solidária de intelectuais e políticos. Unamo-nos, cada dia mais, aos que, preocupados, estudam e tentam as fórmulas humanizadoras. Cabe-nos o dever de persegui-las, não obstante a certeza de que é difícil alcançá-las. E porque creio em vós, no vosso talento criador e na contribuição que podeis dar ao aprimoramento das nossas Instituições, é que aqui estou, Presidente do Congresso Nacional, para, em seu nome, no ano do Sesquicentenário do Poder Legislativo Brasileiro, dizer a vossa instituição benemerita um pouco da admiração imensa que temos pelo vosso ofício brilhante, nobre e fecundo (Revista da ABL, 1973, p. 112).

Um panteão nacional?

Como mencionamos, a ABL é uma instituição que teve um papel no processo de construção nacional, na medida em que ela se atribuía a missão de “defender a língua portuguesa e a cultura brasileira”. Esse papel foi reforçado com a contribuição do Estado que delegou à instituição o direito de legislar em assuntos de língua portuguesa. Assim, ela organizava conferências sobre a cultura brasileira, publicava obras sem interesse comercial, mas julgadas fundamentais para a cultura do país, e distribuía prêmios, pretendendo ser uma “guardiã da memória dos heróis da nação”. É o que temos de mais próximo, no Brasil, de um panteão nacional. É esse aspeto que abordamos nesta última parte do artigo. Pensamos que os acadêmicos se esforçaram para atribuir às personalidades que eles selecionavam para figurar numa espécie de “galeria

dos heróis da nação” os valores que eram, na verdade, os deles próprios. Eles também se empenharam em destacar os combates que essas personalidades conduziram no seu tempo e que os acadêmicos achavam que eram ainda atuais nos anos 1960 e 1970, por exemplo, pela cultura, pelo patriotismo, pelo liberalismo, etc.

Essas homenagens são a prática acadêmica mais frequente. Às vezes, elas sequer estavam previstas ou preparadas com antecedência e eram feitas nas sessões ordinárias. Toda semana várias personalidades podiam ser homenageadas, de um “confrade” que voltava de uma missão diplomática até o patriarca da Independência. Não devemos esquecer que a autoveneração, como assinalou Madalena Diégues (1984), era um dos mecanismos de legitimação desse grupo enquanto elite cultural. Quando essa veneração era dirigida para pessoas que não faziam parte do grupo, ela tomava a forma de uma projeção, ou seja, os acadêmicos projetavam sobre esses indivíduos qualidades e traços de personalidade que eles acreditavam serem os seus (Diégues Quintella, 1984). A lista dos homenageados é interminável; por isso, limitaremos nossa análise à homenagem feita a D. Pedro II.

O segundo imperador brasileiro recebeu uma homenagem por ocasião do sesquicentenário do seu nascimento, no dia 11 de dezembro de 1975. Athayde abriu a sessão afirmando que, ao longo de todo o seu reinado, D. Pedro II promovera a cultura. A ABL, cuja finalidade era a promoção da cultura, tinha assim o dever de homenageá-lo. O orador da sessão foi o historiador Pedro Calmon, que falou de maneira detalhada sobre as “paixões intelectuais” do imperador – tais como o estudo das línguas antigas e o financiamento de publicação de obras que ele apreciava –, assim como o seu apoio à fundação do IHGB. Segundo Calmon, ainda em 1887, quando o imperador estava em convalescência, ele pedia a escritores e poetas que o visitassem (Revista da ABL, 1975, p. 237).

D. Pedro II não pôde criar a ABL. Todavia, segundo Calmon, ela teve “o prestígio e a energia das [academias] precedentes, esboçadas durante o reino fecundo de D. Pedro II” (Revista da ABL, 1975, p. 239). Se nenhuma referência pôde ser feita ao imperador no momento da sua fundação, pois isso teria irritado os novos responsáveis do regime republicano, o historiador encontrou uma maneira de situar a ABL em uma espécie de filiação com relação ao imperador:

Dom Pedro II não figura entre os patronos, que lhe frequentaram a ‘palestra’. Mas flutua no ambiente jovial, está na consciência dos democratas que requerem a tolerância e dos modernos que prometem reforma, convive no seio da instituição que se prolonga dos seus ideais de união [...] veria a Casa que não criou como a última de suas emanações, coerente com sua presença

obrigatória nas conferências da Glória e o seu conselho sisudo nas conversas de São Cristóvão, consolado pela independência dos que chegaram depois, informados pela experiência dos que vinham de ontem; estes que foram seus súditos e tratou como seus confrades; a fina flor da cultura nacional (Revista da ABL, 1975, p. 241).

O acadêmico que pronunciava esse elogio, ele mesmo autor de uma biografia do imperador em cinco volumes, conclui essa homenagem dizendo que, embora ele não esteja no quadro ou estatutos da ABL, a história da instituição não poderia ser escrita sem D. Pedro II. “Ele ensinou durante cinquenta anos o Brasil a honrar a cultura. Ele a desejou, a idealizou e a promoveu durante meio século de governo inteligente” (Revista da ABL, 1975, p. 241).

Vários outros “imortais” falaram em seguida. Deolindo Couto acrescentou alguns elogios e falou do apoio do imperador a empreendimentos científicos e culturais, lembrando a importância da Academia Nacional de Medicina. Embora tivesse sido criada antes do nascimento do D. Pedro II, este teria marcado presença em cada sessão comemorativa do aniversário da instituição. Josué Montello e Odylo Costa, filho falaram em seguida, mas unicamente para homenagear seu “confrade” Calmon. Elogiaram particularmente a biografia que este último escrevera sobre o imperador e sobre a qual Montello afirmou que “se dom Pedro II pudesse ler sua própria biografia [escrita por Calmon], ele não conheceria tantos eventos de sua própria vida” (Revista da ABL, 1975, p. 243).

Nessa mesma intervenção, Montello lembrava que Calmon, apesar de se encontrar doente, pôde organizar muito bem as comemorações promovidas pela ditadura por ocasião do Sesquicentenário da Independência. Por essa razão, Montello pedia para que a homenagem fosse estendida ao “confrade” Calmon. Esse é apenas um exemplo, entre muitos outros, que confirmam as intuições de Quintella sobre a autoveneração enquanto mecanismo de autolegitimação dessa elite cultural. Assim, a homenagem que supostamente deveria ser feita a Dom Pedro II se estendeu aos próprios “imortais”: é graças a eles, aos seus escritos, que os heróis nacionais adquirem sua estatura e são preservados do esquecimento. Dois outros “imortais” falaram, Osvaldo Orico e Américo Jacobina Lacombe. Cada um evocou o papel do imperador na promoção da cultura nacional, a filiação “simbólica” da ABL à sua figura e louvaram igualmente o trabalho de Pedro Calmon.

Considerações finais

Como dissemos, a separação desejada por Machado de Assis no momento da fundação da ABL, que deveria

ser uma “torre de marfim” em oposição à “rua”, lugar dos engajamentos e conflitos políticos, é real. Entretanto, isso não implica que a instituição seja apolítica, como quis o seu fundador, mas que a política era feita de maneira menos “convencional”, ou seja, pelo recrutamento dos seus membros, pelos valores difundidos e pelas redes de sociabilidade entre acadêmicos e setores da elite política. Foi através desse viés que tentamos analisá-la.

Um olhar sobre a trajetória das personalidades eleitas para a ABL entre 1964 e 1979 mostra que não houve uma ruptura na forma de recrutamento de seus membros: a maioria era escolhida entre as elites culturais conservadoras que, nesse período, eram muito próximas do regime militar. No momento das visitas, homenagens, comemorações, cerimônias, além da proximidade entre os acadêmicos e a ditadura, amplamente difundida na imprensa, um conjunto de valores compartilhados entre as elites políticas, militares e culturais eram enaltecidos e difundidos: o civismo, o patriotismo e o anticomunismo; a ideia da existência de uma “cultura autêntica” e de uma identidade nacional fundada em uma língua comum, o português, e na religião cristã; mitos como o da cordialidade, traço que seria próprio do povo brasileiro, ou o da ausência de violência na história do país.

Acreditamos que a exclusão da política denotou, nos anos 1960 e 1970, mais do que consentimento à ordem social fundada pelos militares após o golpe de 1964; ela constituiu o coroamento cultural de um regime autoritário que contou com o apoio de uma “estrutura cultural conservadora” formada por três instituições: além da própria ABL, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conselho Federal de Cultura. A “Casa de Machado de Assis” foi uma peça essencial dessa estrutura que promovia e fazia circular esses valores e mitos. Acreditamos, assim, que a instituição fundada pelo “bruxo do Cosme Velho” no final do século XIX, através de suas práticas cotidianas, terminou por ter um papel político importante na medida em que ela legitimava o regime militar, identificando-o com uma instituição cultural respeitada e, consequentemente, vinculando-o a uma memória, a uma cultura e a uma identidade supostamente “nacionais”.

Referências

- AARÃO REIS, D. 2000. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 88 p.
- BOJUNGA, C. 2001. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro, Objetiva, 800 p.
- BURRIN, P. 1995. *La France à l'heure allemande: 1940-1944*. Paris, Éditions du Seuil, 557 p.
- COSTA E SILVA, V.T. 1999. *Os segredos da imortalidade: uma etnografia da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, 301 p.

- DIÉGUES QUINTELLA, M.M. 1984. Cultura e poder ou Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: S. MICELI (org.), *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, p. 113-134.
- EL FAR, A. 1997. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República: 1897-1924*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 198 p.
- FICO, C. 1997. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro, FGV, 200 p.
- GASPARI, E. 2001. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 424 p.
- KUSHNIR, B. 2012. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo Editorial, 408 p.
- LYRA TAVARES, A.D. 1977. *O Brasil da minha geração*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 288 p.
- MAIA, T. de A. 2010. "Cardeais da cultura nacional": o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 181 p.
- MONTELLO, J. 1991. *Diário do entardecer*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 886 p.
- MOTTA, R.P. 2014. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 448 p.
- ORTIZ, R. 1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 152 p.
- PÉCAUT, D. 1989. *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil (1920-1980)*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 315 p.
- QUEIRÓZ, R. de; QUEIRÓZ, M.L. 1998. *Tantos anos*. São Paulo, Siciliano, 285 p.
- REIS, J.C. 2009. *Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro, FGV, 240 p.
- ROCHE, D. 1988. *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIII^e siècle*. Paris, Fayard, 393 p.
- ROLLEMBERG, D. 2009. Défendre la modernité de l'État Brésilien face aux réformes de base: L'Ordre des Avocats du Brésil pendant la dictature (1964-1974) In: D. ROLLAND; D. AARÃO REIS, *Modernités alternatives: L'Histoire face aux discours et représentations de la Modernité*. Paris, L'Harmattan, p. 253-288.
- ROLLEMBERG, D. 2010. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In: D. ROLLEMBERG; S. QUADRAT, *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 97-144.
- ROUSSO, H. 1987. *Le syndrome Vichy de 1944 à nos jours*. Paris, Seuil, 414 p.
- SANDRON, C.; SANDRONI, L.C. 1998. *Austregésilo de Athayde: o século de um liberal*. Rio de Janeiro, Agir, 812 p.
- SCHWARZ, R. 1978. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 184 p.
- SERBIN, K. 2001. *Diálogos na sombra*. São Paulo, Companhia das Letras, 632 p.
- Fontes primárias
- AMADO, J. 1965. Reposta do Sr. Jorge Amado. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/TOMO%20IV.pdf>. Acesso em: 17/05/2014.
- A NOTÍCIA. 1965. Esquerda e governo comungam liberdade. São Paulo, 29 abr. 1965.
- ATHAYDE, A. de. 1970a. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho, datada do dia 17 de fevereiro de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- ATHAYDE, A. de. 1970b. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Embaixador do Brasil na França, o general Aurélio de Lyra Tavares, datada do dia 3 de agosto de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- ATHAYDE, A. de. 1970c. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Embaixador do Brasil na França, o general Aurélio de Lyra Tavares, datada do dia 14 de outubro de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- DIÁRIO DA TARDE. 1970. Médici e Rademaker viram Lira tomar posse na ABL. São Paulo, 6 jun. 1970.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1965. Adonias fica imortal na Cadeira "21". São Paulo, 28 abr. 1965.
- DISCURSOS ACADÊMICOS. 1968-1970. 1972. Discurso de Aurélio de Lyra Tavares. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras.
- FILHO, A. 1965. Discurso de posse. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/TOMO%20IV.pdf>. Acesso em: 17/05/2014.
- IVO, L. 2011. Entrevista realizada com Lêdo Ivo no dia 26 de julho de 2011 na Academia Brasileira de Letras. (D. Cunha, Entrevistador).
- JORNAL DO BRASIL. 1965. Adonias para a vaga de Juscelino. Rio de Janeiro, 4 mar. 1965.
- JORNAL DO BRASIL. 1977. Rachel é eleita imortal e Pontes de Miranda acha que a vitória é do governo. Rio de Janeiro, 5 ago., p. 23.
- JORNAL DO COMÉRCIO. 1965. Adonias convida Castelo. Rio de Janeiro, 25 abr. 1965.
- REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 1973. Visitantes ilustres. Petrônio Portela. Rio de Janeiro, 125:106-110, jan.-jun.
- REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 1975. Homenagem a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 130:235-247, jul.-dez.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. 1969. Austregésilo de Athayde: "Não estou patrocinando a candidatura Lyra Tavares". Rio de Janeiro, 30 dez. 1969.

Submetido: 04/06/2014

Aceito: 25/08/2014

Diogo Cunha
Mondes américains: Sociétés, circulations, pouvoirs (XV^e – XXI^e siècles)
MASCIPO - Unité Mixte de Recherche 8168
Bât. DD, bur. 305b, 200 avenue de la République
92100, Nanterre, França